

CARMEM IZABEL CARLOS SILVA (1968-1971) E SUA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARAIBANA

CARMEM IZABEL CARLOS SILVA (1968-1971) AND HER ROLE IN EDUCATION IN PARAIBA

Pâmella Tamires Avelino de Sousa¹

<https://orcid.org/0000-0003-4389-1336>

Fabiana Sena da Silva²

<https://orcid.org/0000-0002-3340-7769>

Resumo

Este trabalho tem como objetivo dar visibilidade à atuação da professora Carmem Izabel Carlos Silva, na Paraíba, entre os anos de 1968 a 1971. Nesse período, a professora se destacou por ter sido a primeira paraninfa da turma de normalistas de Campina Grande-PB e ter ocupado o cargo de Direção do Departamento de Educação Média na Paraíba. As fontes utilizadas foram os jornais *Diário da Borborema* (1968 -1971) e o *Diário de Pernambuco* (1968-1971). A análise se deu com base em Sirinelli e sua teoria de rede de sociabilidades, perspectiva sob a qual investigamos o percurso socioprofissional da referida professora. Também se fará uso dos estudos de Chartier, que reconhece os discursos nos impressos como representação social. A atuação de Carmem Izabel Carlos Silva é entendida como um ato de poder, que, embora marcada por percalços de uma sociedade dominada pelo masculino, configurou sua forma de atuar e interpor seu discurso.

Palavras-chave: Professora; Paraíba; Jornais; Educação.

Abstract

This paper aims to give visibility to the work of the teacher Carmem Izabel Carlos Silva, in Paraíba, from 1968 to 1971. In these three years, the teacher stood out for having been the first paraninfa of the normalist class of Campina Grande-PB and for having occupied the position of Director of the Department of Medium Education in Paraíba. The sources used were the newspapers *Diário da Borborema* (1968-1971) and *Diário de Pernambuco* (1968-1971). The analysis was based on Sirinelli and his theory of network of sociabilities, a perspective under which we investigated the socioprofessional path of the mentioned teacher. We will also make use of Chartier's studies, who recognizes the discourses in the printed materials as social representation. The performance of Carmem Izabel Carlos Silva is understood as an act of power, which, although marked by the mishaps of a male-dominated society, configured her way of acting and interposing her discourse.

Keywords: Teacher; Paraíba; Newspapers; Education.

¹ Professora Substituta – Centro de Formação de Professores – CFP, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Campina Grande/Paraíba, Brasil.

² Professora Associada IV - Departamento de Metodologia da Educação, credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. João Pessoa/Paraíba, Brasil.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a expressiva atuação de mulheres no magistério do ensino primário se deu por meio de um processo longo que se iniciou no século XIX – as escolas de improviso, que não mantinham vínculos com o Estado –, quando ainda docência era majoritariamente masculina. De acordo com Vianna (2013, p. 165), “desde o século XIX, os homens vão abandonando as salas de aula nos cursos primários e as Escolas Normais vão formando mais e mais mulheres. No final da década de 1920 e início da de 1930, a maioria do magistério primário já era feminina”. Reconhece-se que esse processo teve muitas atribuições e esteve relacionado com a expansão do ensino público primário em meados do século XX. Conforme ainda a autora supracitada,

[...] a entrada das mulheres no magistério deve ser examinada a partir das relações de classe e gênero. Podemos então lembrar que se trata de um dos primeiros campos de trabalho para mulheres brancas das chamadas classes médias, estudiosas e portadoras de uma feminilidade idealizada para essa classe, mas também protagonistas da luta pelo alargamento da participação feminina na esfera econômica (VIANNA, 2013, p. 164).

A constituição das Escolas Normais como espaços essencialmente femininos, no Brasil, aconteceu na transição do Império para a República. Como construção social, a inserção das mulheres em atividades trabalhistas circundava o aspecto doméstico do cuidado e da família, de modo que a educação – normalistas –, e a saúde – enfermagem –, se constituíram como espaços de profissão de mulheres. Nessa perspectiva, a feminização do magistério no século XX foi sustentada por argumentos de que “mulheres educadas são melhores mães”, “rainha do lar” e que possuem “vocaçãõ”, de modo que essa representação, reforçada na família e escola, construiu um ideal de família moderna, espaço onde as funções de homem – pai e provedor – e da mulher – mãe e cuidadora – foi organizado pelas diferenças (LOURO, 1997).

A representação da mulher como responsável pelos cuidados do lar e das crianças foi ratificado na profissão docente entre os períodos de 1960 a 1970, quando o magistério se tornou uma profissão predominantemente feminina. O exercício do magistério, no século XX, representou socialmente a entrada da mulher na vida profissional (ALMEIDA, 2004). Segundo Almeida: “Disciplinada pelos homens, a educação das mulheres continuou um prolongamento da educação familiar. Enquanto estudava, as jovens aguardavam o casamento (sic) e o estudo significava (sic) maior parte das vezes (sic) uma preparação para isso” (2004, p. 103). Assim, poucas foram as mulheres que participaram (e de forma tímida) de cargos de direção, inspeção e de delegado de ensino. Esses cargos estavam associados à ideia de prestígio, alta remuneração e poder, logo destinados aos homens, pois, embora para a modernização do Brasil circulasse um discurso sobre uma educação diferente do que até então se aplicava, “os homens e grupos sociais continuavam garantindo suas posições estratégicas nos jogos de poder da sociedade” (LOURO, 2004, p. 443).

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, as normalistas passaram a ter a possibilidade do acesso ao ensino superior, de modo que a trajetória de algumas mulheres pode lhes conferir um papel emancipador na sociedade, permitindo-lhes galgar espaços que eram destinados somente para os homens. Na Paraíba, em particular, no final da década de 1960, a professora Carmem Izabel Carlos Silva deu sinais dessa emancipação, ocupando cargos de destaque na educação. Tomamos como ponto de partida o ano de 1969, quando Carmem Izabel Carlos Silva foi escolhida por uma turma de normalistas da Escola Normal Estadual de Campina

Grande para ser sua paraninfa. Embora a escola formasse professoras desde o início da década de 1960, nenhuma mulher havia sido escolhida para tal função. Comumente, ser paraninfo representa uma referência para os formandos, o que nos permitiu sugerir que a professora Carmem Izabel Carlos Silva tenha tido tal representatividade para as normalistas na época.

Seguindo essa perspectiva, este trabalho tem como objetivo reconstituir a representação do percurso profissional de Carmem Izabel Carlos Silva por meio de fontes documentais e dos jornais *Diário da Borborema* (1968-1971) e *Diário de Pernambuco* (1968-1971). Assim, algumas questões emergem: que representação de mulher teve essa professora para a educação de Campina Grande? Qual sua contribuição para a educação da cidade? Como se deu o processo de sua atuação na educação a partir do Departamento de Educação Média?

Os jornais se constituem como fontes na materialização do percurso da referida professora, uma vez que, por seu intermédio, foi possível identificar algumas de suas atividades frente ao ensino. Conforme Nascimento e Zanlorenzi (2006, p. 40), “[...] o jornal é um instrumento que possibilita compreender o movimento histórico, as ideologias que existiam e os conflitos de opinião”. Neste sentido, ao dispormos do jornal como fonte, intentamos analisar o contexto social de inserção da professora Carmem Izabel Carlos Silva na direção do Departamento de Educação Média, cargo que ocupou entre os anos de 1968 até 1973. É importante atentar para o fato de que, mesmo considerando a relevância do jornal como fonte, observamos que seu conteúdo são construções sociais que expressam opiniões da sociedade que as produziu, sendo, portanto, fontes que, embora nos aproximam dos fatos, não descrevem a realidade. Desse lugar inquiridor, porém cauteloso, buscamos entender as atividades, apresentadas no jornal, da professora Carmem Izabel, à luz do conceito de *intelectual* de Sirinelli (2003), uma vez que seu comportamento político esboça ações que desencadeiam o interesse de investigar sua trajetória sob esse ponto de vista. Ao analisarmos seu percurso, também utilizamos a perspectiva teórica da representação de Chartier (1991, 2002).

Os jornais nos quais identificamos algumas das atividades desenvolvidas pela professora Carmem Izabel pertencem à Rede de Diários Associados, sendo um de circulação na cidade de Campina Grande, o *Diário da Borborema*, e o outro pernambucano, o *Diário de Pernambuco*. Este último tinha uma coluna dedicada às notícias da Paraíba, logo foi nessas páginas que encontramos a atuação da diretora. Por vezes, as notícias continham o mesmo conteúdo, o que se justifica pela circularidade interna da redação, mas que evidencia o que Ginzburg (2006, p.10) denomina de “[...] um relacionamento circular feito de influências recíprocas.”

QUEM FOI CARMEM IZABEL CARLOS SILVA?

Carmem Izabel Carlos Silva nasceu em 1929³, na cidade de Campina Grande. Graduou-se em Ciências Econômicas, História e Geografia, pela Universidade Federal da Paraíba e pela mesma instituição fez uma especialização em Planejamento Educacional. A sua carreira docente teve início no Liceu Paraibano e no Colégio Batista Paraibano, na capital João Pessoa. Exerceu a

³ Nesse momento, atemo-nos aos dados iniciais coletados em arquivos públicos paraibanos. Considerando os limites deste estudo, focalizamos essas fontes, de modo que outras informações coletadas a partir de entrevistas com familiares da professora poderão ser contempladas em outros textos.

docência também na Escola de Professoras – na Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal da Paraíba. Nessa instituição, foi coordenadora de extensão universitária no final da década de 70. Também compôs o grupo de formação da Associação Nacional de História – Seção Paraíba (ANPUH), na década de 1970. Na década de 1990, atuou como vice-secretária de Educação e Cultura na Paraíba, como conselheira no Conselho Estadual de Educação da Paraíba e como presidente da Fundação Espaço Cultural. Ela ainda integrou a Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba (AFLAP), ocupando a cadeira de número 21, posse realizada em cerimônia, no dia 29 de novembro de 2004, no Teatro Santa Roza, em João Pessoa.

Carmem Izabel era esposa de Evaldo Ribeiro Silva, irmã do político e empresário José Carlos da Silva Júnior, mãe de seis filhos, avó de seis netos e bisavó de um bisneto. Seu irmão foi senador pelo PDS e vice-governador da Paraíba. Também empresário, foi diretor-presidente do Grupo São Braz, um dos mais expoentes complexos da área de alimentos da Região Nordeste⁴, e da Rede Paraíba de Comunicação⁵.

A professora foi autora do livro *A Fortaleza de Santa Catarina*, em que trata de um dos patrimônios históricos mais relevantes da Paraíba. Tal monumento fica localizado na cidade portuária de Cabedelo, que integra a Grande João Pessoa.

Foto 1 – Carmem Izabel Carlos Silva



Fonte: <https://g1.globo.com/pb/paraiba> (2018).

Carmem Izabel representa uma construção de novo espaço para a mulher, a que dirige e coordena em ambientes públicos. Diferente do legado cristão que direcionava a mulher para a submissão, a professora assume o protagonismo de sua carreira, lidando com situações peculiares de um contexto histórico que ainda observava a moça com ideal representativo para o casamento. Entendemos esse percurso como Silva (1999), que, ao analisar a formação feminina paraibana no século XX, identifica mulheres, a partir dos anos 1960, ocupando cargos que eram associados aos homens. Segundo a autora, essas mulheres contribuíram para o “[...]alargamento do conceito de nova mulher na Paraíba” (SILVA, 1999, p.100).

Construindo conceitos e ocupando posições diferentes aos quais estavam condicionadas, as mulheres estudadas por Silva (1999) assim como a professora Carmem Izabel, assumiam

⁴ Este grupo foi fundado há 70 anos, no estado da Paraíba.

⁵ Esta Rede teve como marco inicial o *Jornal da Paraíba*, lançado em 5 de setembro de 1971. Em 1987, surgiram as TVs Paraíba e Cabo Branco, filiadas ao empreendimento Globo. Outros veículos foram se integrando à Rede, a exemplo das rádios e portais da internet.

também a prática imposta pelas redes de sociabilidade masculinas, de modo a garantir a integralidade moral de mulheres públicas em cargos definidos como masculinos.

O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MÉDIA DO ESTADO DA PARAÍBA

Na década de 1950, em todo o território nacional, o projeto “desenvolvimentista” estava em curso e teve a participação política dos intelectuais, pois entendiam esse momento como propício para a renovação. Nessa perspectiva, a educação pública ampliou-se como requisito formador para a industrialização brasileira (SOUSA *et al.*, 2019, p. 4). Já, na Paraíba, a educação estava voltada mais para o crescimento do que para o desenvolvimento, pois esta ocorria de forma desordenada, de modo que, na base, continuava o grave problema do analfabetismo, intensificado pelo latifúndio, situação que as Ligas Camponesas (1958 - 1964) desafiavam.

A partir do populismo e da expansão educacional nos anos 50 e 60 do século XX, o sistema pedagógico na Paraíba teve três núcleos de capacitação profissional do melhor nível. De acordo com Mello (2023, p. 7):

Entre 1960 e 70, os colégios estaduais do interior, todos inspirados no modelo do Liceu, acusaram bom rendimento e firmaram favoráveis perspectivas para a educação paraibana. Em cidades do sertão paraibano como Patos, Cajazeiras, Alagoa Grande, Bananeiras, Princesa Isabel, Itaporanga e Monteiro, eles prolongaram os antigos estabelecimentos religiosos, com aproveitamento até de seus quadros administrativos e docentes.

Para acompanhar e organizar a expansão do ensino, o Departamento de Educação Média do Estado da Paraíba foi criado. O Anteprojeto de Lei de 1968, disponível no site de arquivos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁶, conferia ao Departamento de Educação Média da Paraíba o poder de atuar como uma das divisões da Secretaria de Educação Estadual. Eram funções do Departamento de Educação Média: a Divisão do Ensino Ginásial; Divisão do Ensino Colegial; Seção de Inspeção Escolar, Serviço de Orientação Educacional e Vocacional e Comissão Estadual de Bolsas de Estudos.

O jornal *Diário de Pernambuco* do dia 12 de julho de 1968 divulgou algumas ações do Departamento Médio da Educação da Paraíba. No documento publicado se discutiu acerca da especialização de professores, em um encontro promovido na Escola Normal de Santa Rita: “[...] foi debatida a necessidade de se adquirir(sic) professores altamente classificados para a escola primária, condição imprescindível para o desenvolvimento do elemento docente” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12 de julho de 1968, p. 10). Ainda de acordo com o jornal, Carmem Izabel Carlos Silva, Diretora do departamento, participava de outros eventos educacionais, como inauguração de escolas e visitas técnicas e de fiscalização.

Em setembro de 1969, por ocasião da inauguração do Colégio Estadual de Bodocongó, em Campina Grande, foi noticiado no *Diário de Pernambuco*, no primeiro caderno de 3 de setembro

⁶ O arquivo consta de uma pasta de documentos diversos que tratam sobre os Colóquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas de Educação (CEOSE) e Educação nos estados da Paraíba e Amazonas. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/ceose-crose-m017p01-documentosdiversosobreatividadesdosceoseeducacaodoestadodaparaibaamazonas-1967-1968-1>

de 1969, e no *Diário da Borborema*⁷ no dia 2 de setembro de 1969, a participação da Diretora Carmem Izabel Carlos Silva na solenidade junto ao governador João Agripino (atuação do governo entre 1966 a 1971). De acordo com o *Diário de Pernambuco* (3 de setembro de 1969, p. 10), havia outros integrantes ilustres no referido evento:

À solenidade estarão presentes os srs. Antônio Mariz, secretário da educação e cultura do Estado; Noaldo Dantas, o secretário extraordinário; Antônio Carlos Escorel, Administração; e a professora Carmem Izabel Silva, Diretora do Departamento de Ensino.

Atividades de fiscalizações também foram noticiadas nos jornais, a exemplo da notícia do dia 13 de janeiro de 1970, no jornal *Diário de Pernambuco*. Conforme texto do periódico, a diretora Carmem Izabel Carlos Silva determinou a fiscalização em todas as secretarias dos colégios particulares de João Pessoa, para apurar denúncias feitas por pais de alunos quanto à cobrança indevida de taxas de transferência. A medida tomada pela Direção do Departamento do Ensino tinha como objetivo coibir tal prática, já que tal ação não era permitida: “Não há nenhuma lei que permita essa exorbitância, nem o Departamento acobertará tamanha aberração – disse a Diretora Carmem Isabel” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13 de janeiro de 1970, p. 10). Nesse sentido, compreende-se que a Direção do Departamento realizava um trabalho burocrático, que comumente era desenvolvido por homens, tanto na função de direção como na de fiscalização.

Ao compreender que, para alguns sujeitos, “[...] a maioria dos caminhos segue linhas fragmentadas” (SIRINELLI, 2003, p. 247), as poucas matérias que visibilizam a professora Carmem Izabel Carlos Silva nos jornais não nos possibilitaram identificar como estes apresentavam sua posse para assumir a Direção do Departamento de Educação Média ou de outra função administrativa. As notícias fazem referência a sua atuação nos cargos que assumira e viria a assumir posteriormente e transitam entre colunas educacionais e sociais. Esse material divulgado nos periódicos nos permite analisar o percurso da professora Carmem Izabel pelo viés das estruturas de sociabilidade, uma vez que transita entre o local da mulher – social – e o profissional, com autoridade do discurso. Ao ser indicada para falar sobre educação feminina, Carmem Izabel goza do direito privilegiado de expor um determinado assunto.

Nesse conjunto, os laços desenvolvidos por sua atuação, dentro da realidade que Sirinelli (2003) identifica como pequena e estreita, também se ampliam, pois à medida que suas redes a visibilizam, sua atuação se expande para outros ambientes administrativos, chegando a ocupar outros cargos, como o de Secretária de Educação do Estado na década de 1980. Essas redes “[...] secretam, na verdade, microclima à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais frequentemente apresentam traços específicos” (SIRINELLI, 2003, p. 252).

Esquadrinhando seu percurso na direção do Departamento de Educação Média, identificamos a primeira atividade publicada no jornal *Diário de Pernambuco*, de 26 de janeiro de 1969. A coluna da página 6, intitulada *Notícias da Paraíba*, e assinada por Ionaldo Corrêa, menciona a participação da professora em uma atividade cultural. Assim diz a matéria: “Conego Luiz Gualberto de Andrade tomou posse no Colégio Estadual de João Pessoa, em solenidade

⁷Periódicos pertencentes à Rede de Diários Associados de Assis Chateaubriand, um de circulação em Pernambuco e outro de Campina Grande.

presidida pela professora Carmem Isabel, Diretora do Departamento de Ensino Médio” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 26 de janeiro de 1969, p. 6).

A posse do novo diretor no Colégio Estadual de João Pessoa, conferida como uma festividade, tem como função promover as normas de apropriação e dominação do homem e do religioso no comando de uma instituição de ensino; no entanto, quem coordena a atividade é uma mulher, professora, que, num cargo também de direção, responde às finalidades da sua época. Podendo ser considerado como um ato político, a notícia circula na coluna social, uma vez que, transparece como um dos locais da mulher na sociedade. Seu comportamento vigiado e tutelado pelos olhares da direção assume uma posição pública sem perder suas características de socialização.

Nessa notícia, identificamos, como mulher em um papel de direção, apenas Carmem Izabel. Entre as redes de sociabilidade, identificamos o administrador Antônio Carlos Escorel, diretor da Escola Normal Estadual de Campina Grande no período de 1960 a 1962, cargo notadamente atribuído a homens, a partir de nomeação do governador do estado. Anos depois, no período de 1966 a 1971, Escorel atua como secretário de Estado da Administração Geral (RODRIGUES, 2017). Tais relações facilitam a possibilidade de laços que reverberam e multiplicam as redes de sociabilidade (SIRINELLI, 2003).

Quando convidada pelas normalistas da Escola Normal Estadual de Campina Grande para ser paraninfa da turma de 1969, o diretor da instituição era o professor Estácio Tavares. Supomos haver uma ampliação nos itinerários políticos de Carmem Izabel, uma vez, que suas relações se vinculam com outros sujeitos em cargos de direção. Nesse caso, na direção de uma escola que formava apenas professoras, e do qual possivelmente, atraía a atenção das normalistas, pois contrariamente à limitação feminina do período em assumir cargos de direção, a professora Carmem Izabel ultrapassa o local comumente destinado para as mulheres, o qual estava restrito ao cuidado de crianças pequenas (LOURO, 1997).

A notícia sobre a escolha da paraninfa foi divulgada em primeira página do *Diário da Borborema*. O caderno de 2 de dezembro de 1969, ano XIII, número 3938, destacou: “*Carmem Izabel será paraninfa da ENE-CG*. [...] A paraninfa será a professora Carmem Isabel Carlos Silveira diretora do Departamento de Educação Média do Estado, escolhida por unanimidade, pelas concluintes da ENE-CG” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 2 de dezembro de 1969, p.1).

Embora a ENECG fosse uma instituição voltada para a formação unicamente de professoras (SOUZA, 2018), já desde a primeira formatura das normalistas, em 1962, apenas homens tinham ocupado o lugar de paraninfos. Como tais, esses homens representavam, para as alunas, um exemplo, um papel de destaque diante da formação. Mantendo essa função de referência, em 1969, ocupando um cargo de direção a professora Carmem Izabel alcançou a posição de relevância administrativa, logo estava “autorizada” pelo sistema de então a atuar como paraninfa, a exemplo dos homens de renome da época. Ultrapassou a imagem que se esperava das mulheres e iniciou a construção de uma prática social em que tensiona a representação feminina. A professora em questão aparecia em um espaço dominado pelos homens, expressando diferentes possibilidades de se visualizar a mulher na sociedade.

Em relação à ENECG, conforme o jornal *Diário da Borborema*, Carmem Izabel oferece, em 1970, no baile de formatura das normalistas, três brindes:

Colarão grau 138 Professorandas, a maior turma de todos os tempos em Campina Grande. A professora Carmem Izabel Carlos Silva, diretora do Departamento de Educação Média, oferecerá na ocasião do baile, três valiosos brindes, as professorandas que obtiveram melhores notas no decorrer de 70 (DIÁRIO DA BORBOREMA, 11 de dezembro de 1970, p.7).

O jornal não discorre mais acerca da participação da diretora do Departamento de Educação Média, mas, de forma a anunciar os ocorridos, apresenta a atuação desta dirigente frente a uma solenidade identificada como grandiosa no percurso da instituição, levando o leitor a inferir que, em seu cargo administrativo, a professora Carmem Izabel estava envolvida nas mais diversas realizações.

Ainda em relação à ENECG, observamos também a participação de Carmem Izabel no evento de entrega das obras do prédio escolar. Conforme aponta Sousa (2018), a Escola Normal iniciou suas atividades em 1960, mas somente em 1970 passou a funcionar em seu prédio próprio. Até essa última data, a Escola funcionou em outras duas instituições.

No movimento de instauração desse novo prédio, a professora continua tecendo sua rede de sociabilidades atuando junto à educação paraibana, com o diretor da ENECG, Estácio Tavares, à sob o governo de João Agripino. Desse ambiente social, entendemos sua trajetória como um entremeio de microclimas comuns, possivelmente estabelecida por laços e sistemas de estratégias comuns. Conforme Sirinelli (2003, p. 248), tal aspecto é corriqueiro, uma vez que os sujeitos se organizam “[...] em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender”.

A notícia sobre as obras foi divulgada no jornal Diário de Pernambuco, no suplemento social, caderno que divulgava sobre a movimentação social da Paraíba e de Pernambuco. A matéria, intitulada Instituto de Educação, data de 23 de março de 1970. O redator expõe que realizou uma visita até a instituição que está em construção e, entremeando-a de elogios, discorre “[...] Parabéns, senhor governador, extensivo ao dr. Estácio Tavares (diretor), sra. Carmem Izabel da Silva, trabalhadora incansável da educação” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 23 de março de 1970, p. 14).

Sobre a figuração que Carmem Izabel representava quando de sua participação em diferentes atividades, mesmo (ou principalmente) as relacionadas ao cargo, e as diferentes publicações no jornal, entre as colunas educativas, sociais e até de primeira página, as entendemos como uma composição das estruturas de sociabilidade que essa professora desenvolvia. Ainda que o jornal seja uma fonte tendenciosa, “[...] é um instrumento que possibilita compreender o movimento histórico, as ideologias que existiam e os conflitos de opinião” (NASCIMENTO e ZANLORENZI, 2006, p. 40).

Há que se considerar, portanto, que, ao analisar o percurso da professora Carmem Izabel, entre as relações de microclimas, os laços e as divulgações no jornal que lhe fazem referência, concluímos que seu exercício contribui com a construção de uma prática cultural e ideológica, que representa um local social para a mulher – ainda como educadora e em uma função de direção, seu lugar transita entre as relações de divulgação. Neste sentido, entendemos que, nas matérias, em

geral, “[...] devem ser analisadas as práticas culturais que se apoderam de modo diferenciado da matéria escrita.” (CHARTIER, 2002, p. 220). Ao ser noticiada nos jornais, a professora marca sua atuação e, mesmo rompendo com marcas e práticas de exclusão, participa de uma rede de clivagens que também legitima sua atuação.

Em razão de a professora não ter deixado pistas e não haver dados sobre si em fontes de fácil acesso, como, por exemplo, nos arquivos das cidades de Campina Grande e de João Pessoa, o jornal foi a fonte que possibilitou visibilizar Carmem Isabel Carlos da Silva na educação paraibana. Uma de suas posições foi registrada no *Diário da Borborema*, (1971, p. 3): “[...] a Educadora Carmem Isabel destacou, entre outras coisas, a educação como fator básico para a emancipação da mulher e salientou o papel da mulher no desenvolvimento”.

Entrevista para compor a matéria do periódico paraibano, a educadora situa o lugar que o feminino ocupava na sociedade patriarcal.

Sobre a emancipação da mulher disse Carmen Isabel que a capacitação profissional por parte do elemento feminino é fator indispensável para que ela consiga sua emancipação enfatizando o papel essencial da educação e da instrução como meio eficaz para se conseguir a capacitação.

A respeito da Integração da mulher no processo de desenvolvimento que o homem ora empreende disse que "o desenvolvimento integral só pode ser alcançado com a participação da mulher, pois o homem não pode prescindir da colaboração do sêr que foi criado para completá-lo".

Abordada sobre se a mulher pode se emancipar sem perder as características psicológicas próprias do seu sexo, a conferencista respondeu que a feminilidade não fica de forma nenhuma ameaçada pelo fato de a mulher competir, na vida, e em igualdade de condições com o homem.

A conferencista disse ainda que "a mulher que sabe ler é uma ameaça ao regime patriarcal" e fez, finalmente, um estudo histórico da escravidão da mulher (DIÁRIO DA BORBOREMA, 7 de outubro de 1971, p. 3).

O discurso apresentado no jornal nos faz indagar acerca das estratégias usadas pela mulher na luta pela legitimação de seu trabalho e sua atuação no campo educacional, distante da sala de aula. Já tendo atuado como professora e estando à frente de cargos de direção, Carmem Izabel afirma que a presença feminina é observada em meio social como uma ameaça ao patriarcado. Em suas palavras, percebemos que considerações sobre o domínio da escrita e leitura são configurados como elementos opostos à conjuntura social dominante.

Cientes da posição imediata e sensacionalista do jornal, entendemos ser “[...] grande a distância entre o relato pronunciado e a escrita impressa. Contudo, (sic) ela não deve fazer esquecer que são numerosos os seus laços” (CHARTIER, 2002, p. 125). Com base nas considerações da professora, apresentadas no jornal, analisamos sua atuação como um exercício de autoridade, que, embora marcado por percalços de uma sociedade dominada pelo masculino, configurou sua forma de atuar e de interpor seu discurso, integrando-o, assim, a um espaço de dominação sobre outros mecanismos de poder.

Ao atuar desde o final da década de 1960 em cargos de destaque na educação paraibana, a posição e o discurso da professora ratificam a débil atenção dada à educação feminina, considerando aspectos da aprendizagem, como ler e escrever, como ameaças ao poder masculino de então. Assim, na busca de legitimação feminina, suas considerações sobre a emancipação da

mulher foram evidenciadas, de forma velada, com referência ao modelo social e religioso, católico, de justificar a mulher como complemento do homem, (SIRINELLI, 2003), situada no estreito da sociedade naturaliza ações domésticas e vocacionais para o feminino. O discurso proferido pela professora pode ser entendido como um campo de interdição, no qual nem todas as temáticas podem ser mencionadas, e as tensões entre as clivagens políticas, religiosas e sexuais estão na esfera do desejo e poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os materiais de memória, assim como pressupõe Le Goff (2013), podem ser de diferentes vieses, os quais compõem um conjunto de técnicas favoráveis ao historiador, a fim de que este possa compor sua narrativa. Este texto – também material de memória – tem como fontes os jornais, documentos escritos com intencionalidades e imediatismo – características do século XX –, mas que apontam fragmentos, signos e indícios da trajetória docente da professora Carmem Izabel Carlos Silva. Conforme Sirinelli (2003, p. 245), passamos “[...] obrigatoriamente pela pesquisa longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo”.

Os estudos acadêmicos acerca dos intelectuais têm se debruçado sobre um novo olhar que ultrapassa o local em que os sujeitos são cristalizados. Esse crescimento auxilia a percepção da atuação de uma mulher educadora em cargos – de poder e decisão – normalmente ocupados por homens. Embora tenham sido analisados, nos jornais citados, os discursos saudosistas sobre a atuação da educadora, ratificamos a pouca visibilidade social acerca de sua atuação. Saudada como grande educadora, os vestígios sobre sua trajetória são poucos, confirmando, assim, o que Gomes e Hansen (2016) definem como necessidade de analisar e desvelar práticas de mediação cultural desenvolvidas por diferentes sujeitos históricos.

Ao considerar que, na Paraíba, no período analisado (1968-1971), as nomeações para os cargos de direção, secretariado e administração eram definidos majoritariamente por homens que nesse estado governavam e legislavam, entendemos a nomeação da professora Carmem Izabel como uma construção inspiradora, uma vez que, por meio das redes de sociabilidade, a professora atuou em domínios nos quais as mulheres não exerciam funções de direção. Sendo assim, por meio das ferramentas do discurso, dos laços sociais, da leitura ampla de que dispunha, a professora contribuiu para a construção de um modo diverso de lidar com a direção educacional. Ao assumir cargos de comando, ultrapassou os limites que restringiam à mulher tão somente a atividade de sala de aula, tendo como subordinados apenas seus alunos e, especialmente, quebrando a crença de que a função de educar seria naturalmente feminina (LOURO, 1997).

Ao darmos visibilidade à figura de Carmem Izabel, identificamos o seu pioneirismo na educação na Paraíba, a exemplo do cargo que assumiu na Direção do Departamento de Educação Média, a partir do qual tinha homens sob seu comando – como os diretores de escolas – e, paralelamente subordinada ao governador do estado. Como mencionado, sua participação como paraninfa da turma de normalistas campinenses em 1969 rendeu uma investigação que ainda não

se se dá por satisfeita, haja vista não termos resposta para perguntas como: qual foi o seu discurso de paraninfa? Depois dela quais outras mulheres estiveram nessa função?

Além da visibilidade que lhe foi rendida por meio dos impressos, destacamos a acentuada função ocupada por ela, em uma sociedade marcada fortemente pelo masculino, ainda mais nos cargos de direção e administração, onde comumente os homens coordenavam as mulheres e legislavam sobre suas ideias e corpos.

As redes constituídas pela professora para sua atuação demonstram as tensões e microclimas possivelmente criados, uma vez que, nas notícias identificadas, em suas atividades ela estava cercada ainda pelos homens como dirigentes. Entre as ações educacionais, verificamos sua participação na fiscalização, criação, inauguração, posses e formaturas. Também identificamos que, como educadora, sua figura feminina, representada socialmente, permitiu circular em notícias em diferentes colunas dos jornais: uma social, destinada ao entretenimento; outra, educacional, com assuntos de teor mais administrativo.

Ao nos servir das fontes escritas, consideramo-las como “[...] duplamente indiretas: por serem *escritas* e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante” (GINZBURG, 2006, p. 13), pois, expressas por uma cultura, representavam socialmente um local de fala e de poder. Supostamente, Carmem Izabel utilizou estratégias que ultrapassaram as clivagens e tensões de seu círculo social e profissional e materializou seu percurso, sendo este passível de ser registrado em uma prática cultural de definição e contorno social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: Missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval *et. al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manoela Gakharo. 2. ed. Memória e Sociedade. DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. Av.** v. 5, n. 11. São Paulo Jan./Apr. 1991.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande – PB. 2 de dezembro de 1969, p. 1.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande – PB. 7 de outubro de 1971, p. 3.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande – PB. 11 de dezembro de 1970, p. 7.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 12 de julho de 1968, p.10.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13 de janeiro de 1970, p.10.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 3 de setembro de 1969, p. 10.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 23 de março de 1970, p.14.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 26 de janeiro de 1969, p.6.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. *In*: (org.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 7. ed. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MELLO, José Octávio Arruda. **A Educação Paraibana da Colônia a Nossos Dias**: uma Abordagem Histórica. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/87PN7PpY7CjcdFD6Y8q67qv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 22 de agosto de 2023.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura e ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Imprensa no Brasil do Império à Primeira República. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 19, n° 1-2, p. 37-52, jan/dez 2006.

RODRIGUES, Melânia Mendonça (coord.). **A Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana - Campina Grande/PB**: criação e consolidação (1960-1970). Relatório Técnico apresentado ao CNPQ, Chamada MCTI/CNPq N° 14/2014. Campina Grande, 2017. 51 f. Digitado.

SIRINELLI, Jean-François. Intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269.

SILVA, Keila Queiroz e. **Entre as normas e os desejos**: as mutações do feminino e do masculino em 50, 60 e 70 na Paraíba. 1999. 197fls. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

SOUSA, Pâmella Tamires Avelino de. **“Em benefício da formação da juventude feminina”** – a Escola Normal Estadual de Campina Grande (1955-1960). 2018. 185 fls. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018.

SOUSA, Pâmella Tamires Avelino de. LIMA, Niédja Maria Ferreira de. SILVA, Fabiana Sena. **History of Education in Latin America** – HistELA, v. 2, e19501, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/download/19501/12317/62184>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. *In*: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.).

Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013.
p. 159-180. <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>

Recebido em: 10 de maio de 2023

Aprovado em: 23 de setembro de 2023